

São Paulo e o Brasil: comemoração, regionalismo e construção social do espaço nacional na década de 1920¹

*Marcelo Santos de Abreu*²

Resumo

O artigo analisa as comemorações do Centenário da Independência em São Paulo (1922). Procura-se compreender como os rituais cívicos instituíam certa imagem do espaço nacional baseada numa interpretação peculiar da história nacional. Esta interpretação instituiu o Estado de São Paulo e sua capital como centro a partir do qual o passado e o futuro nacionais se delineavam. A criação e difusão desta percepção do espaço nacional correspondia simultaneamente à afirmação simbólica da hegemonia das elites regionais no cenário político na década de 1920. Trata-se, portanto, de estabelecer a relação entre as comemorações, a construção social do espaço e a política.

Palavras-chave: Comemorações. Construção social do espaço. São Paulo na década de 1920.

Abstract

The paper analyses the commemoration of the Centennial of Brazilian Independence in Sao Paulo (1922). The aim is to understand how the civic rituals instituted an image of the national space based on a particular interpretation of national history. This interpretation asserts the centrality of Sao Paulo State and its capital in national history as if this space were the very place where the Nation past and its future were created. The creation and diffusion of this perception of the national space corresponded to the symbolic assertion of the hegemony of the regional elites in the political scene in the 1920s. Thus, the historical perspective enlightens the relationship between the commemorations, the social construction of space, and politics.

Keywords: Commemorations. Social construction of space. São Paulo in 1920's.

¹ Uma versão deste texto foi apresentada durante o 14th Cultural Studies Workshop – Urban Cultures, organizado pelo Center for Studies in Social Sciences (Calcuta, Índia) na North-Eastern Hill University, Shillong, em fevereiro de 2009. Agradeço aos organizadores e ao SEPHIS (South-south Exchange Programme for Research on the History of Development) pelo custeio das despesas de viagem e estadia que permitiram a participação no seminário – oportunidade ímpar de colaboração sul-sul na criação do conhecimento. Agradeço, assim, aos leitores críticos do CSSCAL e demais participante pelas sugestões. É preciso ressaltar, ainda, que estas reflexões também foram possíveis graças à bolsa de doutorado concedida pela CAPES.

² Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto I da Universidade Federal de Uberlândia UFU/ FACIP. mabreu@pontal.ufu.br

A cidade de São Paulo tornou-se uma imagem do Brasil moderno na primeira metade do século XX. Hoje, a segunda maior metrópole da América Latina representa a integração desta parte do mundo no processo de globalização. Essa representação da metrópole paulista como espaço síntese da riqueza nacional se constituiu a partir do crescimento industrial da cidade decorrente do desenvolvimento da economia agrícola de exportação no estado de São Paulo. O processo de concentração econômica que elevou São Paulo à suposta condição de liderança no espaço nacional foi acompanhado pela construção simbólica da cidade e da região como centro a partir do qual a Nação e o Estado brasileiro se formaram. A partir da análise das comemorações da Independência brasileira, em 1922, busca-se discutir o processo de delimitação desta imagem do espaço nacional.

O espaço não é uma grade neutra onde os processos sociais se desenvolvem, ao contrário, ele é resultado dos processos sociais que nele se inscrevem. Além disso, os espaços são lugares imaginados que devem ser lembrados para que se tornem “âncoras simbólicas para gente dispersa”³. Nesse sentido, quando a comemoração de um evento político evoca a centralidade de uma cidade ou uma região na história é que a hierarquia do espaço nacional se estabelece. Ao mesmo tempo, os autores

desta representação do espaço instituem as possibilidades de liderança das elites regionais no cenário político nacional. As comemorações, como outros processos rituais, dão visibilidade e instituem relações sociais existentes ou desejadas. Ao mesmo tempo, também, os ritos não são apenas celebração da coesão, subsistindo neles os conflitos inerentes às sociedades. Interpretá-los a partir de uma perspectiva processualista implica reconhecer no seu desenvolvimento temporal as tensões que eles procuram elidir ao passo que revelam relações sociais já estabelecidas, e que se transformam pela ritualização, ou seu poder de instituir relações novas⁴. Nesta perspectiva, o centenário da Independência na cidade e na região de São Paulo configura um processo ritual que se baseia nas e visa à instituição das delimitações do espaço social. Assim, espera-se demonstrar neste artigo que as comemorações evidenciam os movimentos complexos que caracterizaram aquele ritual cívico, sendo possível afirmar que a ritualização da história que se desenrolou tendo a cidade de São Paulo como centro projetou duas representações significativas que se perpetuaram no tempo para além daquele momento: a imagem da cidade e da região como lugar de constituição do Estado Nacional uma vez que lá se deu o evento decisivo para a emanci-

³ GUPTA, Akhil & FERGUSON, James. Mais além da cultura: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papius, 2000. p. 36.

⁴ Sobre os ritos como processos sociais ver TURNER, Victor. *O processo ritual; estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974; Turner, Victor. *Dramas, fields, and metaphors: symbolic action in human society*. Ithaca: Cornell University Press, 1974; e TURNER, Victor. Mukanda: the politics of a non-political ritual. In: SWARTZ, Marc J. *Local-level politics: social and cultural perspectives*. Chicago: Aldine, 1968. p. 135-185.

pação política em 1822; e o direito à liderança das elites paulistas na arena política que tornaria possível o desenvolvimento nacional, possibilitado por uma liderança que se cria estabelecida desde o início da nacionalidade.

O trabalho divide-se em quatro partes. Na primeira, descreve-se o processo de metropolização da cidade de São Paulo como decorrência das transformações da economia regional. Espera-se, assim, estabelecer as bases sobre as quais a representação de São Paulo como centro tornou-se possível na década de 1920. Na segunda parte, trata-se das visões de São Paulo que emergiram naquele momento, buscando contrastar a auto-imagem promovida pelas elites políticas com outras apreensões do papel de São Paulo no cenário nacional. Nestas duas primeiras partes do texto, as fontes utilizadas são as análises históricas sobre as transformações da cidade e da região de São Paulo, bem como algumas obras literárias produzidas no período. Na terceira parte, utiliza-se as narrativas da imprensa diária e documentação oficial para recompor o cenário e o clima das comemorações de 7 de Setembro de 1922. De caráter conclusivo, a última parte retoma o desenvolvimento da encenação do passado e discute teoricamente o processo de construção social do espaço nacional.

São Paulo no espaço nacional

São Paulo hoje se apresenta como uma das maiores metrópoles do mundo. Pode ser entendida como uma cidade

mundial porque concentra os fluxos de capital que atravessam os continentes em suas localizações temporárias na periferia. Seu caráter metropolitano não se deve exclusivamente à sua integração aos fluxos econômicos do sistema capitalista. A cidade também compartilha, e apresenta-se orgulhosa disso em representações sancionadas pelos poderes políticos, a cultura comum às metrópoles: a impessoalidade nas relações sociais; a diversidade dos grupos que compõem o tecido social urbano, contando ainda um grande número de estrangeiros, coreanos e bolivianos principalmente; o consumo de bens materiais e simbólicos produzidos em outros espaços, desde a mais simples camiseta, automóveis sofisticados e aparelhos eletrônicos até a gastronomia, cinema, artes visuais; e, finalmente, as formas da cidade construídas segundo os padrões da arquitetura contemporânea internacional⁵. É como se estas evidências que conectam a cidade de São Paulo às principais metrópoles do mundo ocultassem seu papel subalterno nos circuitos globais.⁶

A cidade é lugar de desigualdades que assumem tons dramáticos. É possível ver nas ruas uma Ferrari ao lado de um ônibus lotado de trabalhadores que chegam a viajar 3 ou 4 horas em seus deslocamentos para o trabalho diária-

⁵ MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas metodológicas sobre metropolização e a metrópole paulistana. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org.). *Geografias das metrópoles*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 26-27.

⁶ SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005. Cap. 3. p. 55-75.

mente. Em uma colina de um dos bairros mais ricos da cidade, o Morumbi, há uma favela que resiste às tentativas de remoção. Nos edifícios desocupados há anos do centro da cidade, grupos de sem teto tentam garantir o direito à moradia⁷. As diferenças na distribuição de serviços e condições de habitação entre as regiões centrais e a periferia de São Paulo são uma evidência das desigualdades na construção do espaço metropolitano paulista.⁸ O fato é que a imagem da metrópole que se difunde no espaço nacional e além destas fronteiras oculta as disparidades internas e os conflitos sociais que caracterizam o cotidiano. Na periferia, São Paulo se apresenta como centro de onde os valores da modernidade irradiam⁹.

A centralidade de São Paulo não é, contudo, um fato recente. A imagem da cidade como pólo de desenvolvimento econômico, centro político e de difusão da alta cultura torna-se recorrente a partir da década de 1920. Deste momento até a década de 1950, a capital paulista ganha contornos metropolitanos, tal como estes são definidos por Lewis Mumford em *A cidade na história*¹⁰. A economia do interior do estado e do resto do país passa a depender cada vez mais

de São Paulo, que concentra o parque industrial e as atividades financeiras. As atividades de planejamento técnico da ação governamental concentram-se em São Paulo. As instituições culturais situadas na cidade, como a Universidade de São Paulo (1934), passam a centralizar a formação das elites intelectuais e políticas em escala regional e nacional com o correr do tempo. A indústria cultural localizada na cidade começa a ditar os costumes e padrões de consumo nacionalmente. Estes processos conjugam-se e estabelecem a centralidade de São Paulo no cenário brasileiro¹¹. As representações sociais sobre a cidade e seu lugar no espaço nacional acompanham estes processos e constituem parte decisiva deles.

As representações da cidade são formas de delimitação que “organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de apreensão e de apreciação do real”¹². Tais representações aspiram à universalidade de um diagnóstico verdadeiro do real, mas são “determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam”¹³. Nesse sentido, estas representações acerca de São Paulo amparam-se no processo histórico vivenciado por seus habitantes e apreendido pelas elites intelectuais e políticas. O que estes pensam sobre a cidade de São

⁷ À MARGEM DO CONCRETO. Evaldo Morcazel. Brasil: 2006. (85 min).

⁸ NOGUEIRA, Aída Pompeo. Desvendando o habitar no espaço urbano periférico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org.). *op.cit.* p. 375-376.

⁹ SHILS, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa: Difel, 1996.

¹⁰ MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. – 3ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1991.

¹¹ MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole*. São Paulo: Difel, 1970; e ARRUDA, Maria Aparecida do Nascimento. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru: EDUSC, 2001.

¹² CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. – 1ª ed. – Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. p. 17.

¹³ Idem.

Paulo e a região converte-se em práticas, em esquemas incorporados, num *habitus*¹⁴. As imagens sobre a capital paulista são parte das *lutas de representação* que procuram estabelecer um espaço legítimo de atuação e a projeção de um futuro para o conjunto do espaço nacional. A Nação deveria espelhar a racionalidade e eficiência que a história de São Paulo evidenciava. Parecia ser esta a percepção das elites culturais e políticas paulistas na década de 1920. O que as elites intelectuais e políticas viam na história e no presente e imaginavam como futuro para o Brasil?

Entre as décadas de 1890 e 1940, a cidade de São Paulo transforma-se em ritmo vertiginoso. Tudo começa com a acumulação de capital decorrente do comércio do café produzido nas terras férteis do interior do estado¹⁵. A partir da década de 1870, a abertura de novas áreas de plantio aumentou as possibilidades de exportação de café, principal produto da balança comercial brasileira. A cidade desempenha, então, outro papel na organização do espaço regional. Além de centro político e tímido pólo cultural, São Paulo passava a concentrar as atividades de comercialização e financiamento da produção agrícola. Na década de 1890, as transformações tornam-se visíveis: pouco a pouco a forma da cidade se altera e o ritmo do cotidiano se acele-

ra. Ainda não se trata de uma multidão febricitante a ocupar os espaços públicos, mas a população paulistana saiu de 31.385 habitantes, em 1872, para 64.934 em 1890. O salto mais significativo ocorreu num espaço de 10 anos: em 1900, a população da capital contava mais de 200 mil habitantes. Nesse momento, as atividades industriais passam a ter um peso mais significativo na economia urbana, atraindo trabalhadores do interior do estado e estrangeiros. Os dados sobre as proporções de habitantes da capital no conjunto da população do estado evidenciam o processo de migração: em 1886, a cidade de São Paulo continha 6,1% da população regional; em 1900, 12,3%. A onda de imigrantes contratados para trabalharem nas fazendas de café foi acompanhada por uma imigração voluntária. Boa parte dos italianos, portugueses e espanhóis que chegavam pelo porto de Santos se dirigia à capital. Esperavam encontrar oportunidades diferentes de seus compatriotas presos às obrigações contratuais nas fazendas do interior¹⁶.

Neste fluxo migratório, chegaram à cidade de São Paulo mais de 200 mil estrangeiros, em sua maioria italianos, entre 1908 e 1920¹⁷. Estes trabalhadores tornaram-se a mão-de-obra e os empreendedores da indústria paulista. Sob condições de renda, mordida e transporte precários, estes trabalhadores fizeram a indústria paulista crescer. Grande parte das indústrias do estado de São Paulo situava-se na

¹⁴ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; São Paulo: Bertrand Brasil, 1989. p. 61-62.

¹⁵ LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 64 e ss.

¹⁶ MORSE, Richard. *op.cit.* p. 301.

¹⁷ Idem.

capital, aproveitando as possibilidades de acesso à mão-de-obra a preços baixos, matérias primas e mercado consumidor interno graças à extensa rede de transportes que ligava a capital ao interior do Estado e ao resto do país. Em 1907, a produção industrial paulista correspondia a 16% do total nacional; em 1919, as indústrias paulistas produziam 32% dos manufaturados; em 1939, a produção paulista correspondia a 43% do total nacional¹⁸. O crescimento da industrialização em São Paulo, como de resto no Brasil, liga-se à substituição de importações durante a I Guerra Mundial e ao impulso industrial orientado pelo Estado depois da crise de 1929. A tese mais aceita entre os historiadores da economia conjuga estes eventos políticos e econômicos à conversão dos capitais utilizados no cultivo do café, produto sujeito a oscilações cíclicas nos preços devido ao fechamento do mercado internacional ou à superprodução¹⁹. É significativo que uma das saídas para os plantadores de café – os *lavradores* – tenha sido a substituições dos cafezais por lavouras de algodão, enquanto os grandes fazendeiros e comerciantes do produto – os *comissários de café* – optavam por

converter o capital acumulado no sistema de transportes e na indústria²⁰. A reconversão da agricultura de exportação para o abastecimento de matérias-primas para a indústria crescente é um dos temas de *Marco Zero*, romance do escritor modernista Oswald de Andrade escrito nos anos de 1940. Atento às contradições daquele processo, o autor recriou a decadência das elites rurais agro-exportadoras, os conflitos com posseiros e pequenos sítiantes, o fascínio exercido pela cidade para a gente do campo²¹.

As mudanças na economia alteravam a paisagem regional e a cidade de São Paulo surgia como centro articulador deste espaço em mutação. A vida na cidade se altera marcada pela presença das multidões nas ruas, ritmada pela velocidade do tempo do trabalho, dos modernos meios de transporte, do lazer dirigido às massas como o cinema e o futebol²². O ponto de inflexão na vida urbana paulistana é a década de 1920. Nesse momento, a cidade já contava cerca de 600 mil habitantes, número que saltaria para mais de 1 milhão em 1933²³. Parte

¹⁸ LOVE, Joseph. *op.cit.* p.81-83.

¹⁹ Sobre o debate acerca da industrialização ver: FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977; DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. – 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991; OLIVEIRA, Francisco de. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação da economia brasileira da República Velha. In: FASUTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*; O Brasil Republicano – estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. t. III, v. 1. p. 391-414

²⁰ MORSE, Richard. *op.cit.* p. 382-384.

²¹ ANDRADE, Oswald. *Marco Zero I: a revolução melancólica*. São Paulo: Globo, 1991; e *Marco Zero II: chão*. São Paulo: Globo, 1991. Sobre estas obras de Oswald que caminhavam na contramão do romance histórico que dava forma à épica bandeirante, ver: FERREIRA, Antonio Celso. *Um Eldorado errante*: São Paulo na ficção histórica de Oswald de Andrade. São Paulo: Ed.UNESP, 1996.

²² ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. –16ª ed. – São Paulo: Martins, 1978; MACHADO, Antonio de Alcântara. *Novelas paulistanas*. – 2ª ed. - Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

²³ LOVE, Joseph. *op.cit.* p. 44; e MORSE, Richard. *op.cit.* p. 365.

significativa dos moradores da metrópole que surgia era de origem estrangeira, sobretudo italiana. A existência das colônias estrangeiras na cidade despertou o interesse de observadores da vida urbana²⁴. Para as elites intelectuais e políticas esse elemento novo ressaltava o aspecto cosmopolita da cidade em crescimento.

O apelo ao cosmopolitismo encontrava-se em vários aspectos da vida urbana. Além da fala estrangeira que se ouvia nas ruas da cidade, a arquitetura dos edifícios públicos e privados também simbolizava a inserção da capital paulista no mundo. O Teatro Municipal (1903-1911), projetado pelo arquiteto italiano Claudio Rossi e pelo paulista Ramos de Azevedo, evidenciava o gosto das elites paulistas pelo ecletismo historicista em voga na Europa. Outra expressão significativa do gosto arquitetônico como marca do cosmopolitismo das elites locais era a nova catedral (1913) que seguia o neogótico apropriado às construções religiosas. A introdução do *art nouveau* desenhava as residências das elites enriquecidas desde o início do século. Na década de 1920, o apelo nacionalista das comemorações do centenário transmutava-se no estilo neocolonial utilizado nas residências urbanas e casas de campo dos novos-ricos e em alguns edifícios públicos²⁵. As alterações na paisagem física da cidade

eram acompanhadas pelo afluxo de novidades modernas e estrangeiras, desde o mais prosaico gramofone ao automóvel Ford, das apresentações de companhias de ópera italianas ao cinema norte-americano²⁶. Ao mesmo tempo, por mais assustadoras que fossem, as manifestações das classes subalternas, como nas greves operárias de 1917 a 1920, também indicavam que São Paulo vivia o tempo novo da política de massa²⁷. Tudo parecia indicar que a prosperidade local colocava a cidade de São Paulo em compasso com os ritmos do mundo.

Na aceleração da história nacional, preconizando a superação do atraso colonial, as elites paulistas viam a cidade e a região de São Paulo como a locomotiva a puxar os outros estados da federação, meros vagões de um trem que se dirigia ao futuro. O uso freqüente desta metáfora somava-se a outra comparação igualmente significativa: os paulistas seriam os *yankees* da América do Sul²⁸. A comparação com o espírito empreendedor dos colonos e pioneiros norte-americanos amparava-se na própria história de São Paulo. As elites sentiam-se herdeiras de uma tradição que remontava ao período colonial. Tratava-se de enfatizar os laços entre os paulistas contemporâneos com os desbravadores do sertão dos séculos XVII e XVIII – os bandeirantes.

²⁴ ALMEIDA, Guilherme de. *Cosmópolis, São Paulo/29, 8 reportagens*. São Paulo: Nacional, 1962. *apud*. MORSE, Richard. *op.cit.* p. 333-334; ANDRADE, Mário. *op.cit.* p. 105; MACHADO, Antonio de Alcântara. *op.cit.*

²⁵ BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 38-41; p. 52-61.

²⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. Cap. 2. p. 89-152.

²⁷ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. – 4a ed. - São Paulo: Difel, 1986.

²⁸ LOVE, Joseph. *op. cit.* Cap. 3. p. 107-148.

A marcha para o interior para apresar índios e encontrar ouro teria alargado o território colonial e desenvolvido uma sociedade original sustentada na integração dos elementos europeus e nativos. No século XX, esse impulso era conceituado como o primeiro movimento de São Paulo para desenvolver o país, como se este existisse como unidade desde os tempos coloniais. Diante das realizações do presente, a elite paulista se via como cumpridora desse espírito empreendedor. O tempo de prosperidade da cidade e da região era visto como o cumprimento de um destino manifesto. Parte deste destino implicava transformar a realidade nacional que deveria ser reformulada segundo a imagem de São Paulo.

Visões de São Paulo

Em *Os Bruzundangas*, um viajante inventado por Lima Barreto descreve o curioso “país da encrenca”. Neste país, que é uma caricatura do Brasil da Primeira República²⁹ e uma nota de sarcasmo sobre a grandiloquência dos diversos discursos nacionalistas elaborados no período³⁰, há uma “*província tida por modelar*”, a província de “*Kaphet*”, to-

pônimo imaginário que fazia referência ao principal produto de exportação brasileiro majoritariamente produzido em São Paulo, o café. O viajante imaginário descreve aspectos diversos da vida social da região, como o costume da “*gente rica da província*” que construía suas genealogias remontando aos antropófagos primitivos habitantes da província – alusão evidente a uma das marcas do regionalismo paulista que traçava a continuidade histórica entre os bandeirantes e os paulistas contemporâneos³¹. Além do estranho costume dessa “*singular nobreza*”, a população também se tinha em alta conta. Segundo o viajante inventado por Lima Barreto:

O traço característico da população da província de Kaphet, da República da Bruzundanga, é a vaidade. Eles são os mais ricos do país; eles são os mais belos; eles são os mais inteligentes; eles são os mais bravos; eles têm as melhores instituições, etc. etc.³²

Esta visão de São Paulo integra a imagem caricatural do Brasil elaborada através dos quadros da *Bruzundanga*. Lima Barreto não poupa a “*província modelar*”, assim como não deixa de ser sarcástico com todos os aspectos da vida social do

²⁹ BARBOSA, Francisco de Assis. Lima Barreto, precursor do romance moderno. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Prosa Seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001. p. 93.

³⁰ Sobre as comemorações das datas cívicas na Primeira República v. OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.4, p. 172-189, 1989; e sobre o nacionalismo brasileiro no mesmo período v. OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

³¹ ABUD, Kátia Maria. *O Sangue Itimorato e as nobilíssimas tradições*: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante. 1985 Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985; e FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante*: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

³² BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *op.cit.* p. 819.

país, mas é preciso dizer que a caricatura de Lima Barreto coincide com a auto-imagem construída pelos intelectuais e políticos paulistas no mesmo período.

Em seu estudo sobre as comemorações do centenário na cidade do Rio de Janeiro, Marly Motta destaca uma questão importante naquela ocasião: São Paulo ou Rio de Janeiro, qual das cidades melhor representava a nação? A autora, a partir do debate que se instituiu na virada das décadas de 1910 para 1920, traça um quadro das representações sobre as duas cidades que circulavam nos meios intelectuais naquele momento.

São Paulo era associada à eficiência, ao trabalho, tanto no passado como no presente, como se o etos bandeirante se revelasse em cada nova atividade criada que compunha a cidade – a indústria, o comércio, as artes e a arquitetura. Sua localização assentava o moderno na tradição, uma vez que o Brasil profundo, verdadeiro, se encontrava no interior³³. A composição étnica dos seus habitantes se caracterizava pela mestiçagem original, que deu forma à raça brasileira no mameluco, capaz de incorporar novos contingentes como os trabalhadores imigrantes. O Rio de Janeiro, ao contrário, era o lugar dos negros e portugueses, associados ao atraso e a valores tradicionais incompatíveis com a modernidade. Na cidade deitada à beira mar e dominada pela natureza, a força de seus habitantes sucumbia à contemplação e admiração acrítica dos valores estrangeiros que

importava³⁴. Em poucas palavras, São Paulo era o trabalho e o Rio a preguiça³⁵.

Esta imagem de São Paulo como lugar do trabalho se confirma na aceleração do tempo da nova metrópole. Imerosos nas transformações da vida social que se materializam no espaço da cidade em crescimento, a elite paulistana nutria em seus dias de descanso uma predileção pela velocidade como nas exibições do aeroplano de Edu Chaves e nas corridas de automóvel e motocicletas. A mesma elite cultuava espetáculos de corpos atléticos, como nas partidas de futebol, enquanto no subterrâneo da cidade, sob o peso do calor que se dissipava pelas chaminés das novas fábricas, uma multidão de operários produzia a riqueza que poucos consumiam³⁶.

Como contraponto a esta angústia de futuro, o gosto pelo passado também tomava conta dos corações e mentes da “singular nobreza” paulistana. Na década de 1920, aumentam as investigações históricas sobre o passado das bandeiras ao mesmo tempo em que o bandeirante é convertido em arquétipo do paulista operoso e destemido

³³ MORSE, Richard. *op.cit.* p. 349.

³⁴ MOTTA, Marly Silva da. *A Nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 1992. p. 102.

³⁵ Em *Retrato do Brasil*, Paulo Prado define a preguiça como um dos traços do caráter brasileiro. O mesmo tema é retomado na construção do anti-herói Macunaíma por Mário de Andrade. v. PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Duprat-Mayença, 1928.; e ANDRADE, Mário de. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. – 16ª ed. – São Paulo: Martins, 1978.

³⁶ SEVCENKO, Nicolau. *op.cit.* Cap. 2 e 3; p. 89-152; p. 153-222.

do presente³⁷. Não só a literatura histórica contribuía para a construção da imagem do bandeirante como símbolo integrador dos paulistas, outras iniciativas caminhavam no mesmo sentido. A reforma do Museu Paulista sob a direção de Afonso d'Escragnonle Taunay concentrou-se sobre criação da seção de história e materializava a intenção de traçar a continuidade histórica entre o bandeirismo e o presente, passando por momentos cruciais da vida brasileira que aconteceram em São Paulo, como a proclamação da Independência em 1822³⁸. Os “festejos” do centenário em São Paulo tornaram-se ocasião para combinar a tradição já estabelecida de culto ao bandeirismo com a celebração da Independência política.

São Paulo na história

Desde 1912, o governo do Estado preocupava-se com a organização dos “festejos”. Uma das primeiras iniciativas foi a proposta de construir um mo-

numento que perpetuasse “na colina do Ipiranga, a proclamação da Independência Nacional”³⁹. No texto da lei, manifestava-se o desejo de fazer da escultura pública um esforço de toda a Nação, pois autorizava o governo estadual a “entender-se com o Governo da União e dos Estados, de modo que o monumento projetado tenha caráter nacional”⁴⁰.

Nos anos seguintes, a partir de 1917 e prolongando-se até as vésperas da celebração de 1922⁴¹, a área em torno da “colina histórica” do Ipiranga foi preparada para servir de cenário aos rituais que culminariam com a reabertura do Museu Paulista e a inauguração do *Monumento à Independência*. O bairro do Ipiranga, até então um lugar distante, ganhou uma larga avenida. O ponto de fuga da avenida Independência era o edifício do Museu Paulista, instituição estabelecida na década de 1890 às margens do riacho onde a emancipação política fora proclamada⁴². Em frente ao edifício do museu

³⁷ ABUD, Kátia. op. cit. p. 133-135.; e FERREIRA, Antonio Celso. op.cit

³⁸ ELLAS, Maria José. *Museu Paulista: memória e história*. 1996. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 246. Ver ainda os artigos: BREFE, Ana Cláudia. Fonseca. História nacional em São Paulo: o Museu Paulista em 1922. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 10/11. p. 79-103, 2002-2003. Disponível em <http://132.248.9.1:8991/hevila/Anaisdomuseupaulista/2003/no10-11/5.pdf>. Acesso em: 20 fev 2011; e OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. O espetáculo do Ipiranga: reflexões preliminares sobre o imaginário da Independência. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.3 p.195-208 jan./dez. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v3n1/a18v3n1.pdf> Acesso em 20 fev. 2011.

³⁹ Lei no. 1324 de 31 de outubro de 1912. Autoriza o Governo a promover a ereção de um monumento, no Ipiranga, que perpetue a proclamação da Independência. In: SÃO PAULO. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1912*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1913. t. XXII. p. 10.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Decreto no. 2861 de 31 de outubro de 1917. in: SÃO PAULO. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1917*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1918. t. XXVI; Lei 1719 de 30 de dezembro de 1919. Estabelece providências necessárias à comemoração do centenário da Independência do Brasil. in: SÃO PAULO. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1919*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1920. t. XXIX. p. 164.

⁴² PEREIRA DE SOUZA, Washington Luiz. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 14 de julho de 1922*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1923. p. 107-110.

reformado para a ocasião ficaria o *Monumento à Independência*.

A imagem que se criava, então, valorizava a participação dos paulistas nos eventos da independência através das estátuas de José Bonifácio e Diogo Antonio Feijó. Além da posição do monumento, fixado nas margens do Ipiranga como a lembrar que foi na terra paulista que a Independência se fez, a valorização dos personagens também sugeria que os paulis-

tas foram co-autores do gesto libertador. Soma-se a isso a interpretação republicana do evento ao representar a Insurreição Pernambucana e a Inconfidência Mineira como fatos que sustentavam e realizavam a idéia superior de liberdade que, representada na alegoria da vitória da independência no topo da composição escultórica, conduzia a história.

Curiosamente, o *Monumento à Independência* só seria visto em sua tota-

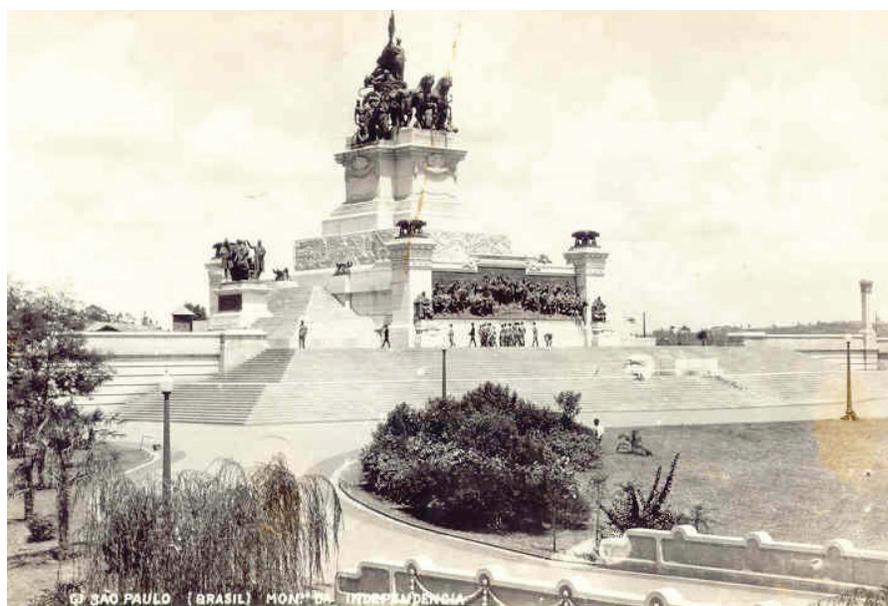


Figura 1: *Monumento à Independência* depois de concluído.

Imagem disponível em: <http://www.historia.uff.br/labhoi/image/tid/81>

lidade em 1925, pois as obras não foram concluídas a tempo. Em 1922, os paulistas tiveram apenas um vislumbre do monumento através de uma fotografia de sua maquete publicada no *Correio Paulistano* no dia 7 de setembro. A fotografia compunha um grande artigo de Afonso d'Escragnolle Taunay intitulado *Brasil*

*que se ergue, Brasil-Nação*⁴³ e era acompanhada de um pequeno texto que dizia:

Esse monumento, em grandes e belas proporções, será, em breve, uma das

⁴³ TAUNAY, Afonso d'E. Brasil que se ergue, Brasil-nação. 1500-1822 – 1822-1922. *Correio Paulistano*, São Paulo, 5^a feira, 7 de setembro de 1922. p. 4-11.

mais imponentes e grandiosas obras de arte comemorativa do Continente. Além dos grupos laterais históricos e do grande baixo relevo de sua fachada, destaca-se, no alto, o carro da vitória, simbolizando a marcha da nacionalidade para os seus altos e gloriosos destinos.⁴⁴

É preciso lembrar que, no imaginário dos paulistas, os altos e gloriosos destinos aos quais o texto se refere nasceram em São Paulo. Os rituais do dia 7 de Setembro de 1922 comprovam este sentido.

Dias antes da celebração do dia sete, a imprensa diária noticiava os preparativos para a comemoração do centenário: conferências no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, reabertura do Museu Paulista com sua nova seção de história, participação dos paulistas na “*turma nacional*” de futebol que formaria para o torneio sul americano na capital, chegada dos comboios vindos do interior para os “*festejos*”⁴⁵. A julgar pelas notícias publicadas, São Paulo era tomada de um novo movimento, ritmado, talvez, pelo “*poema entoado pelas hélices das possantes aeronaves*” que realizavam “*raids*” aéreos partindo de Santiago, Buenos

Aires e Nova Iorque até São Paulo⁴⁶.

O clima de celebração vinha crescendo à medida que se aproximava o dia 7 de setembro. Gradativamente, a partir do dia primeiro, passa-se das notícias relativas aos festejos aos comentários sobre a empolgação que tomava conta das ruas, passando pelo “*entusiasmo patriótico*” do dia quatro e culminando no “*alvorço*” notado no dia seis pelo *Correio Paulistano*⁴⁷. Neste dia, além de noticiar o programa dos festejos na capital estadual, o texto afirmava que os paulistas comemorariam com justificado alvorço a data do centenário porque ela teria o caráter de celebração nacional e local, pois foi na terra de São Paulo que d. Pedro “*soltou o grito memorável*” e porque

[...] foram os paulistas os que, com maior denodo e mais decidido afincio, se bateram pela libertação, apoiando os pensamentos do príncipe regente, dando-lhes horizontes e fazendo germinar, na alma brasileira, a confiança que nos armava para as lutas do futuro e a fé em nosso esforço, que havia de frutificar (sic), depois, em tão belos pomos para a árvores portentosa da nacionalidade.⁴⁸

Palavras de sentido semelhante foram ditas pelo orador escolhido para a cerimônia de inauguração do *Monumento à Independência*. No dia sete, por

⁴⁴ O Monumento da Independência. *Correio Paulistano*, São Paulo, 5^a feira, 7 de setembro de 1922. p. 10.

⁴⁵ Instituto Histórico. *Correio Paulistano*, São Paulo, 6^a feira, 1 de setembro de 1922. p. 5; REABERTURA DO MUSEU PAULISTA. *Correio Paulistano*, São Paulo, Dom., 3 de setembro de 1922. p. 3; As festas do Centenário. *Correio Paulistano*, São Paulo, 6^a feira, 1 de setembro de 1922. p. 6; O CENTENÁRIO. *Correio Paulistano*, São Paulo, Sábado, 2 de setembro de 1922. p. 3 e 4

⁴⁶ O CENTENÁRIO. *Correio Paulistano*, São Paulo, 2^a feira, 4 de setembro de 1922. p. 2.

⁴⁷ O CENTENÁRIO. *Correio Paulistano*, São Paulo, 2^a feira, 4 de setembro de 1922. p. 2; e O CENTENÁRIO. *Correio Paulistano*, São Paulo, 4^a feira, 6 de setembro de 1922. p. 3.

⁴⁸ O CENTENÁRIO. *Correio Paulistano*, São Paulo, 4^a feira, 6 de setembro de 1922. p. 3.

volta das oito horas da manhã, uma multidão se avolumava nas proximidades da escultura apesar da chuva fina que caía e do lamaçal em que se transformaram os acessos ao Ipiranga não concluídos em tempo. Junto ao monumento, um coral de mais de 4500 vozes de escoteiros e praças da Força Pública entoaria o Hino Nacional no momento em que o presidente do Estado chegasse para cortar a fita que prendia a bandeira nacional cobrindo o alto-relevo *Grito do Ipiranga*, explicitamente baseado no famoso quadro de Pedro Américo exibido no salão de hora do Museu Paulista desde 1920⁴⁹. Após o hino, Washington Luís desvelou a imagem sob aplausos. Em seguida, o deputado estadual Roberto Moreira, nascido em Pindamonhangaba, iniciou seu discurso⁵⁰ que ressaltava o duplo sentido da homenagem para os paulistas, destacava os personagens de São Paulo envolvidos no processo de emancipação política – José Bonifácio e Diogo Antonio Feijó – e lembrava mais uma vez o vínculo entre o bandeirismo e a independência ao afirmar: “*Primeiro foi a conquista da terra, a delimitação da pátria. Porque, como sabeis, o Brasil foi feito pelos brasileiros, ou melhor, pelos paulistas*”.⁵¹

Logo depois do discurso, aplaudido fervorosamente pela assistência que

pode ouvi-lo graças aos alto-falantes instalados, foi executado o *Poema Sinfônico da Independência*. A imagem da história manifesta no monumento e nos textos, como no discurso de Roberto Moreira, também se transformava em música e gesto. A própria escolha do orador não era gratuita: representante do 1º distrito eleitoral, nascido em Pindamonhangaba⁵², Moreira representava a guarda de honra que partira daquela cidade acompanhando d. Pedro até São Paulo em 1822. Os passos que se seguiram à inauguração parcial do monumento também corroboravam o papel atribuído aos paulistas na história nacional.

Depois de visitarem o Museu Paulista reformado e de inaugurarem o *Monumento a Olavo Bilac* na avenida Paulista, as “*autoridades*” estaduais, como numa viagem de volta ao passado, desceram até Santos. O primeiro gesto foi a inauguração do *Monumento aos Andradas* e depois, como numa viagem de volta ao presente e às promessas de futuro, retornaram à São Paulo pela Serra do Mar, refazendo ao longo do caminho os passos de d. Pedro I, mas não só dele. Toda a história de São Paulo e do Brasil era recuperada e resignificada nos diversos monumentos inaugurados ao longo da serra. Na saída de Santos, o *Cruzeiro Quinhentista* representando a abertura do caminho entre Santos e Piratininga e a catequese de José de Anchieta. Mais à frente, os *Marcos do Lorena* dispostos à

⁴⁹ BREFE, Ana Claudia. Fonseca. *op.cit.* p. 90.

⁵⁰ O CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 5ª feira, 7 de setembro de 1922. p. 41.

⁵¹ AS COMEMORAÇÕES EM S.PAULO. São Paulo, *O Estado de São Paulo*, 6ª feira, 8 de setembro de 1922. p. 2; e O CENTENÁRIO. *Correio Paulistano*, São Paulo, 6ª feira, 8 de setembro de 1922. p.3.

⁵² O CENTENÁRIO. *Correio Paulistano*, São Paulo, 2ª feira, 4 de setembro de 1922. p. 2.

margem da estrada, representando a reabertura do caminho entre 1560 e 1757. Em seguida, na “curva da Maioridade”, painéis de azulejos representavam a passagem de Pedro II em visita a São Paulo em 1844. Depois de passarem pelos primeiros anos da nacionalidade, alcançarem o período do Império quando “o país já era um organismo completo em plena evolução”⁵³, os viajantes chegaram ao cume da serra onde tiveram: “a visão do Brasil presente, da nossa época atual. Acha-se ali construído um edifício vistoso que se harmoniza com a beleza pitoresca da paisagem.”⁵⁴

Neste edifício, os viajantes daquele dia puderam contemplar, de um lado, o mar e a serra vencidos pelos antepassados, e, do outro, o planalto paulista. Nesta encenação, a história justificava as pretensões hegemônicas do presente. Na visão dos poucos paulistas que protagonizaram os eventos daquele dia 7 de setembro, São Paulo era a metonímia de um Brasil desejado. Talvez nunca tenham chegado a ler a crítica velada na descrição da *Bruzundanga* que, ironicamente, foi publicada ao final de 1922, quando seu autor, uma das tantas vozes dissonantes naquele momento político conturbado, já havia suspirado⁵⁵.

⁵³ O CENTENÁRIO DA INDEPENDENCIA. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 5ª feira, 7 de setembro de 1922. p. 41; e AS COMEMORAÇÕES EM S.PAULO. São Paulo, *O Estado de São Paulo*, 6ª feira, 8 de setembro de 1922. p. 2; e O CENTENÁRIO. *Correio Paulistano*, São Paulo, 6ª feira, 8 de setembro de 1922. p.3.

⁵⁴ CENTENÁRIO DA INDEPENDENCIA. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 5ª feira, 7 de setembro de 1922. p. 41

⁵⁵ BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *op.cit* p. 24.

Ritual cívico e construção social do espaço nacional

O espaço não é uma grade neutra sobre a qual os processos sociais se desenrolam. Ele é um resultado destes processos, a manifestação física e observável do tempo humano. Seria igualmente limitado compreendê-lo apenas como resultado de transformações econômicas. No caso da cidade, estas mudanças se traduzem na alteração da paisagem: as vias de comunicação, as formas arquitetônicas, a variedades das personagens urbanas que circulam pelas ruas. O espaço se altera materialmente e esta transformação se faz acompanhar da construção de significados, de sentidos para a experiência vivenciada. Ao mesmo tempo em que o espaço materializa as mudanças ele também precisa ser imaginado. Diante dos fluxos que atravessavam a capital paulista e a região que representava, era preciso instituir um sentido que unificasse a experiência de diferentes grupos sociais. A imaginação de São Paulo como centro visava a unificação dos significados da cidade e da região, tão diversos quanto eram os grupos que dela faziam parte, frente a um lugar imaginado mais amplo, o espaço nacional brasileiro.

Não foi por acaso, portanto, que o centenário da Independência servisse de pretexto para a afirmação da centralidade da cidade e da região de São Paulo no conjunto do Brasil. Afirmar a proeminência de São Paulo e de suas elites no cenário nacional exigia um significante amplo, um fato que ultrapassava a história local.

Ao mesmo tempo, a emancipação política deveria ser interpretada a partir do regional, combinando-se a outros temas de cor local que remetiam à longevidade do compromisso paulista com a construção do Brasil. À retórica da epopéia das bandeiras somava-se a construção paulista da independência política.

Esta leitura do passado deveria ter visibilidade no tecido mesmo da cidade. Daí a construção do *Monumento à Independência* e os planos para o *Monumento às Bandeiras*. Além destas esculturas públicas, outras foram inauguradas por ocasião do centenário. Duas delas expressavam a gratidão das colônias estrangeiras ao país e à região que adotaram: o *Monumento à Amizade Sírio-Libanesa*, homenagem da colônia sírio-libanesa de São Paulo executada pelo mesmo escultor do *Monumento à Independência*; e o *Monumento à Carlos Gomes*, de autoria de Luigi Brizzollara⁵⁶ que lembrava o compositor erudito paulista que fez seus estudos e carreira na Itália, uma iniciativa da colônia italiana. Outra escultura pública, inaugurada na ocasião dos festejos do centenário, homenageava o poeta Olavo Bilac. Bilac havia estudado na Faculdade de Direito de São Paulo e fundara a Liga de Defesa Nacional em 1917, momento de forte apelo nacionalista com o envolvimento do Brasil na I Guerra. A homenagem partiu dos estudantes da escola de direito. É compreensível, então,

⁵⁶ Brizzollara havia também participado do concurso internacional para o *Monumento à Independência*. v., AHMWL. PASTA MONUMENTOS I – Monumento à Independência.

que um dos momentos importantes do 7 de Setembro de 1922 fosse a inauguração do busto do 8assem o corpo político composto por cidadãos desiguais: os funerais de grandes personagens, as datas cívicas e as comemorações tornavam manifesto o passado que se acreditava compartilhado⁵⁷. Neste sentido, as comemorações da Independência objetivavam uma leitura do passado brasileiro cultivada pelas elites paulistas segundo a qual o Brasil teria emergido como nação – povo, território e Estado – pelas mãos dos paulistas. O povo e o território nacionais teriam se formado durante a epopéia bandeirante. Situada no período colonial, esta fase da história se inicia com a ocupação do litoral e avança com os núcleos de povoamento no interior. A própria cidade de São Paulo era uma evidência desse processo: primeiro núcleo colonial estabelecido no planalto (1554) depois da transposição da Serra do Mar. Nos séculos XVII e XVIII, os moradores do núcleo urbano do planalto avançaram para o oeste na conquista de índios para a lavoura canieira do litoral e ouro. Implantaram núcleos de povoamento nas futuras capitânicas de Minas Gerais e Mato Grosso, fizeram recuar o meridiano que separava as possessões espanholas e portuguesas desde o Tratado de Tordesilhas. Avan-

⁵⁷ CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. In TORRAL, Luis Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal, secs. XIX – XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p. 547-671; GILLIS, John R. (ed.) *Commemorations: the politics of national identity*. Princeton: Princeton University Press, 1994; CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. s.l./ Celta Editora: 1993.

çaram ao sul e ao norte, estabelecendo a ocupação portuguesa no que viria a ser o Rio Grande do Sul e alcançaram o rio Amazonas. Nesse processo de avanço para o interior, uma nova “raça”, tipicamente brasileira, teria se plasmado com a mestiçagem de índios e europeus⁵⁸. No século XIX, a Independência e a formação do Estado também seriam obras de paulistas como José Bonifácio e Diogo Antonio Feijó, dois dos personagens representados no monumento. Os paulistas cultos do século XX acreditavam-se herdeiros desta tradição. Mas como manifestar estas representações do passado brasileiro? Mais precisamente, como tornar visível a continuidade entre a formação do território e do povo e a construção do Estado nacional?

Todo o ritual cívico do sete de Setembro se sustenta numa retórica da caminhada que demarca o território do Estado de São Paulo a partir daquela leitura do passado, reunindo num mesmo ato a predileção das elites pela história e a geografia, saberes que davam fundamento aos projetos de modernização para o conjunto da nacionalidade⁵⁹. Cor-

respondendo a uma escritura peculiar, era como se o espaço se tornasse um livro em que a história paulista e brasileira podia ser visualizada por todos. Os relatos da imprensa diária sobre as comemorações ampliavam a visibilidade dos rituais, fazendo chegar à imaginação de um público mais extenso aquilo que apenas as “autoridades” puderam ver em sua viagem metafórica ao passado. As autoridades estaduais partiram do lugar onde a Independência fora proclamada, do tempo presente da comemoração que fazia reviver o momento mítico da fundação do Estado Nacional. Desceram a Serra do Mar em direção a Santos. Nesta cidade, inauguraram o *Monumento aos Andradas*, homenagem à família de políticos paulistas envolvida nos momentos decisivos da emancipação e de construção do Estado. Regressaram à capital pela mesma Serra do Mar, refazendo os passos dos antepassados e celebrando em cada parada uma personagem ou fato da história: a obra de catequese e pacificação dos índios pelo padre José de Anchieta no século XVI; a abertura do caminho da baixada litorânea ao planalto, obra de Bernardo José de Lorena governador da capitania de São Paulo no século XVIII; a parada na Curva da Maioridade, alusiva à elevação de d. Pedro II à direção do Estado imperial; e finalmente a chegada ao Rancho de Paranapiacaba, momento de

país. Formulada pelas elites cultas que colaboravam na *Revista do Brasil*, esta visão espraia-se, configurando-se como parte do pensamento das elites políticas estaduais, até porque alguns de seus representantes colaboravam no órgão dirigido por Monteiro Lobato.

⁵⁸ TAUNAY, Afonso d’Escragno. *Na era das bandeiras*. São Paulo: Melhoramentos, 1922; TAUNAY, Afonso d’ Escragno. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Ideal, 1924-1950. 11 v.; RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: EUDSP, 1970; ELLIS Jr., Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1934.

⁵⁹ Sobre esta questão ver: DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Ed.UNESP, 1999. Cap. II. p. 85-130. Neste capítulo a autora analisa a conformação de um discurso sobre o saber histórico e geográfico como fundamentos para transformar o

contemplanção do presente republicano, tempo inaugurado com a fundação do Partido Republicano Paulista em 1870. Os discursos proferidos nesse momento enfatizavam a linha evolutiva, a marcha civilizatória protagonizada pelos paulistas desde o século XVI até o século XX⁶⁰. A expressão máxima deste desenvolvimento seria a cidade de São Paulo. Não por acaso, ao cair da noite, a comitiva do governador do Estado regressara de automóvel à capital regional, símbolo do novo tempo.

A ritualização da história efetuada no dia sete de Setembro pelos mais altos representantes da elite política de São Paulo sustentava-se na demarcação do espaço regional que instituiu São Paulo como *lugar*. Michel de Certeau estabelece uma distinção entre *espaço* e *lugar* que parece útil para pensar os rituais cívicos. O *lugar* seria a ordem, uma indicação de estabilidade para as relações entre os elementos que constituem um dado espaço. Um lugar é uma “configuração instantânea de posições”⁶¹. O espaço, por sua vez, define-se pelo movimento, pelos deslocamentos físicos e de significado que a retórica da caminhada cria. Por isso, pode-se dizer que o “o espaço é um lugar praticado”⁶². Quando, ao caminhar, determinados pontos são demarcados, o espaço converte-se

novamente em lugar⁶³. Recria-se, ainda que de forma momentânea, uma ordem das posições. No caso dos rituais cívicos do sete de Setembro que descrevi, qual é a ordem que se pretendia recriar? Qual sistema de posições o relato do ritual desejava instituir?

Tratava-se de estabelecer a hierarquia do espaço nacional que não se define por um território, por uma grade física determinada por fronteiras mais ou menos naturais. Antes, existe mesmo uma naturalização das fronteiras que resultam de delimitações arbitrárias do mundo social⁶⁴. Se as nações podem ser pensadas, na fórmula consagrada de Benedict Anderson⁶⁵, como comunidades imaginadas, os espaços que servem de base para sua identificação são *lugares imaginados* que estabelecem os limites do outro⁶⁶. O espaço nacional, portanto, resulta de operações políticas em que diferentes atores regionais defendem suas posições e procuram impor uma ordem que assegura a legitimidade de sua proeminência frente aos outros. Portanto, as elites intelectuais e políticas que protagonizaram os rituais do sete

⁶⁰ FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante*; *op.cit.* p. 282-283.

⁶¹ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1, Artes de Fazer. – 9ª ed. - Petrópolis: Vozes, 1994. p. 201.

⁶² Idem. p. 202.

⁶³ Ibidem. p. 203.

⁶⁴ BOURDIEU, Pierre. *op.cit.* p. 114.

⁶⁵ Anderson mesmo parece atento a esta relação entre a imaginação espacial e a criação de sentimentos nacionais ao analisar a vinculação dos nacionalismos oficiais pós-coloniais às técnicas de controle do espaço dos territórios coloniais que precederam a constituição das novas nações, ver: ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the history and spread of nationalism*. London, New York: Verso, 2006. Cap. 10. p. 163-185.

⁶⁶ GUPTA, Akhil & FERGUSON, James. *op.cit.*

de Setembro em São Paulo sinalizavam a sua liderança para o conjunto dos grupos sociais que compunham a região. Além disso, no sistema de posições do Estado federativo, caberia a São Paulo e suas elites a condução dos destinos nacionais⁶⁷.

Por isso, o ritual cívico criava uma imagem da história em que a prosperidade do presente, representada pela pujança econômica da cidade de São Paulo, resultava de um processo evolutivo iniciado nos tempos coloniais e da fundação do Estado nacional. O caminho que percorreram era a metáfora desta evolução linear da história nacional conduzida pelos paulistas. No caso analisado, o uso do passado serve a esta delimitação do espaço político. A encenação da história calcada na prática do espaço surgia assim como uma narrativa de legitimação⁶⁸ da hegemonia paulista no contexto brasileiro dos anos de 1920.

⁶⁷ SHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo: Difel, 1975; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Republicanism e federalismo: um estudo da implantação da República no Brasil (1889-1902)*. Brasília: Senado Federal, 1978; KUGELMAS, Eduardo. *Difícil hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. 1986. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986; LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988; VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"*. Belo Horizonte: C/Arte, 2000.

⁶⁸ HARTOG, François & REVEL, Jacques. Note de conjuncture historiographique. In: *Les usages politiques du passé*. Paris, Editions EHESS, 2001. p. 14.

Referências bibliográficas:

ABUD, Kátia Maria. *O Sangue Itimorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. 1985. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the history and spread of nationalism*. London, New York: Verso, 2006.

ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. -16ª ed. - São Paulo: Martins, 1978

ANDRADE, Oswald. *Marco Zero II: chão*. São Paulo: Globo, 1991.

_____. *Marco Zero I: a revolução melancólica*. São Paulo: Globo, 1991;

ARRUDA, Maria Aparecida do Nascimento. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru: EDUSC, 2001.

BARBOSA, Francisco de Assis. Lima Barreto, precursor do romance moderno. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Prosa Seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Libsoa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

- BREFE, Ana Claudia. Fonseca. História nacional em São Paulo: o Museu Paulista em 1922. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 10/11. p. 79-103, 2002-2003. Disponível em <http://132.248.9.1:8991/hevila/Anais-domuseupaulista/2003/no10-11/5.pdf>. Acesso em: 20 fev 2011.
- BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. In TORGAL, Luis Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal, secs. XIX – XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p. 547-671.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de Fazer*. – 9ª ed. - Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. –1ª ed. – Lisboa: Difel; Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992.
- CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. s.l./ Celta Editora, 1993.
- DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Ed.UNESP, 1999.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. – 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- ELIAS, Maria José. *Museu Paulista: memória e história*. 1996. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- ELLIS Jr., Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1934.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. – 4ª ed. - São Paulo: Difel, 1986.
- FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante; letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- _____. *Um eldorado errante; São Paulo na ficção histórica de Oswald de Andrade*. São Paulo: Ed.UNESP, 1996.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.
- GILLIS, John R. (ed.) *Commemorations: the politics of national identity*. Pinceton: Princeton University Press, 1994.
- GUPTA, Akhil & FERGUSON, James. Mais além da cultura: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.
- HARTOG, François & REVEL, Jacques. *Les usages politiques du passé*. Paris: Editions EHESS, 2001.

- KNAUSS, Paulo. *Imaginária urbana e poder simbólico*; escultura pública no Rio de Janeiro e Niterói. 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 1998.
- KUGELMAS, Eduardo. *Difícilhe-gemonia; um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. 1986. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana*: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- LOVE, Joseph. *A locomotiva*: São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MACHADO, Antonio de Alcântara. *Novelas paulistanas*. – 2ª ed. - Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas metodológicas sobre metropolização e a metrópole paulistana. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (orgs.). *Geografias das metrópoles*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 26-27.
- MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo*: de comunidade à metrópole. São Paulo: Difel, 1970.
- MOTTA, Marly Silva da. *A Nação faz cem anos*: a questão nacional no centenário da Independência. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 1992.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*: suas origens, transformações e perspectivas. – 3ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- NOGUEIRA, Aída Pompeo. Desvendando o habitar no espaço urbano periférico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (orgs.). *Geografias das metrópoles*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 375-403.
- OLIVEIRA, Francisco de. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação da economia brasileira da República Velha. In: FASUTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*; O Brasil Republicano – estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. t. III, v. 1. p. 391-414
- O CORREIO PAULISTANO*
- O ESTADO DE SÃO PAULO*
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. O espetáculo do Ipiranga: reflexões preliminares sobre o imaginário da Independência. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.3 p.195-208 jan./dez. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v3n1/a18v3n1.pdf> Acesso em 20 fev. 2011.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

- _____. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.4, p. 172-189, 1989.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Duprat-Mayença, 1928.
- PEREIRA DE SOUZA, Washington Luiz. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 14 de julho de 1922*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1923.
- RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: EUDSP, 1970.
- SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SÃO PAULO (Estado). *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1912*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1913. t. XXII.
- _____. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1917*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1918. t. XXVI.
- _____. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1919*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1920. t. XXIX.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- SHILS, E. *Centro e periferia*. Lisboa: Difel, 1996.
- SHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo: Difel, 1975.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *República e federalismo: um estudo da implantação da República no Brasil (1889-1902)*. Brasília: Senado Federal, 1978.
- TAUNAY, Afonso d' Escagnolle. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Ideal, 1924-1950.
- _____. *Na era das bandeiras*. São Paulo: Melhoramentos, 1922.
- TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- _____. *Dramas, fields, and metaphors: symbolic action in human society*. Ithaca: Cornell University Press, 1974.
- _____. Mukanda: the politics of a non-political ritual. In: SWARTZ, Marc J. *Local-level politics: social and cultural perspectives*. Chicago: Aldine, 1968. p. 135-185.
- VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"*. Belo Horizonte: C/Arte, 2000.

Submetido em 24 de fevereiro, 2011.

Aprovado em 25 de abril, 2011.

